DEMOCRACIA NA PERIFERIA?
ANÁLISE SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E APLICAÇÃO DOS PLANOS EDUCACIONAIS EM CIEPS DA MARÉ

Adriano Souzah[1]

INTRODUÇÃO

Chamo-me Adriano Souzah, sou professor de geografia licenciado pela Fundação Educacional de Duque de Caxias – FEUDUC (2010) e, também, concluí (em 2023) o curso de licenciatura plena em pedagogia pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ; em 2021, o curso de pós-graduação lato sensu em gestão escolar: administração, supervisão e orientação pela Universidade Cândido Mendes – UCAM.

Desde o ano de 2012 estou professor dos anos iniciais do ensino fundamental nos anos iniciais (PEF-AI) na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro – SME-RJ após aprovação em concurso público, em atuação, desde então, no CIEP Hélio Smidt localizado no bairro da Maré, na zona norte da capital carioca; e, desde janeiro de 2018, até este momento, na direção do CIEP Hélio Smidt.

Em 2022, apresentei minha experiência com o programa Acesso Mais Seguro (protocolo de segurança), de forma remota na sede da Cruz Vermelha na Cidade do Rio de Janeiro, ao The Eleventh Session of the World Urban Forum (Transforming our Cities for a Better Urban Future), em Katowice, Polônia. Também em 2022, participei, em live, da comemoração da "semana dos 100 anos de Darcy Ribeiro", promovida pelo Observatório Nacional de Educação Integral, Undime-BA, intitulada Darcy Ribeiro e o projeto de educação integral para o Brasil: a experiência dos CIEPs, para dar meu relato de experiência como estudante, professor, diretor e morador de CIEPs.

Nos anos de 2018 e 2019, na FEBF, integrei o projeto de extensão Encontros com Educadores da Baixada Fluminense: Diálogos a respeito de Inclusão e Mediação, sob coordenação da professora Dra. Giovanna Marafon. Atualmente, também na FEBF, integro o grupo de pesquisa Políticas Públicas em Educação: Pensamento Social e Educacional na América Latina e Brasil – A história do tempo presente e a Baixada Fluminense, o PENSE, sob coordenação do professor Dr. Lincoln de Araújo Santos.

Trago comigo algumas inquietações profissionais sobre a relação entre gestão escolar

[1] Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação, cultura e comunicação (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ).

democrática, democracia e periferia, e que está, também, em torno da dissonância entre as experiências de democracia da sociedade brasileira e a ideia de gestão democrática da escola periférica que podem divergir das escolas "centrais", pois as sociabilidades estabelecidas na primeira, indubitavelmente se distanciam na segunda, já que os fatores que permitem (ou que permeiam) essas sociabilidades as atravessam de forma diferente; ainda em inquietude, ressalto que há possibilidade de verificarmos as similaridades ou dissimilitudes, entre a experiência republicana da democracia brasileira (não apenas como uma manifestação política e de organização do Estado, mas como um valor histórico, cultural e social) e gestão democrática da escola. Além das reflexões profissionais até aqui destacadas, há também as pessoais. Busco o aprimoramento acadêmico objetivando a qualificação profissional para atuar com mais acertividade nas minhas relações de trabalho e, de igual forma, nas minhas relações sociais. Contribuir com a academia na produção de conhecimento sobre a temática abordada, além de o desejo de obter o título de mestre, por este PPGECC, que está instalado em um CIEP e isso é bastante significativo para mim, pois tenho um enorme apreço por este espaço-legado, por permear minha vida por muitos anos.

"Alagados, Trenchtown, Favela da Maré [...] A arte é de viver da fé" (Ribeiro; Vianna; Barone, 1986), escolhemos o trecho da música de Paralamas do Sucesso para iniciar este diálogo. Sua letra ainda é atual apesar de ter sido lançada há 38 anos. O álbum (Selvagem?) "alfineta" o momento no qual aquela sociedade atravessava, profundas crises sociais e econômicas (Marangoni, 2012); sociedade recém-saída de um período ditatorial (1964-1985) com raízes civis, militares e empresariais (Diniz, 1994, p.206) e recém-chegada a uma nova experiência democrática, o início da redemocratização do país. Faz dura crítica ao modo como as esferas políticas (e civis) dispensavam sua energia no trato às favelas, aos moradores da periferia não apenas no Rio de Janeiro, mas, também, na Bahia e na Jamaica, em alusão clara ao desprezo por essas áreas e as inúmeras tentativas de silenciamento, extermínio, ou de torná-las invisíveis quando as duas primeiras falhassem, talvez um lastro sócio-histórico-cultural do reacionário Código de Obras de 1937.

A favela da Maré, ou Complexo da Maré, foi elevada ao status de bairro pela lei nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994. Por isso, tratá-la-ei em alguns momentos como bairro quando houver referência ao local geográfico e em outros como favela quando houver referência ao sentimento de pertencimento ao lugar. Diante disso, podemos levantar alguns questionamentos sobre essa "desmarginalização legal da favela" e um deles pode estar em torno de uma tentativa de o governo diminuir o número de favelas, tornando-as bairro, mas

não combatendo a criminalidade ali presente; talvez uma questão apenas numérica. O processo de erradicação das massas de favelados (ou do próprio território geográfico em si) sempre foi (social, cultural e historicamente) construído para tornar a favela uma espécie de aberração potencialmente nociva à sociedade não-favelada (Malheiros, 2013, p.21), e as políticas de combate e controle nesse espaço têm se apresentado de forma dura, incisiva, fazendo com que seja reverberado na sociedade o ideário de que a favela é uma espécie de casta antitética à cidade (e à sociedade) e não como parte integrante e intrínseca dela (Malheiros, 2013, p.14), onde

> o preconceito e a discriminação, que crescem com a atual ênfase na criminalização da pobreza, ganham predominância na subjetividade coletiva. Tal situação se sobrepõe, inclusive, à própria objetividade das relações sociais. Por exemplo, há uma visão impregnada na sociedade de que os moradores de favelas são, em sua maioria, participantes do varejo das drogas imposto pelo tráfico na comunidade. (Franco, 2014, p.61)

Essa visão trazida por Marielle Franco (2014, p.27) diz respeito a um tempo histórico relativamente recente, com enraizamentos na década de 1980, quando há a ascensão da criminalidade e a organização de seus integrantes em comandos, e na década de 1990, quando há um aumento significativo da população carcerária que, até essa década, era de, aproximadamente, 90 mil pessoas e salta para duas décadas depois, ultrapassar a marca de mais de 700 mil em situação carcerária[2].

O preconceito, a discriminação, a criminalização da pobreza podem ter seus termos cunhados num tempo recente, mas essas situações já remontam o final do século XIX, por volta de 1895, com constituição da Favela da Providência e o "problema da favela" começa a evoluir, mas sem notória preocupação durante as duas décadas seguintes, já com os pés no século XX (Leeds; Leeds, 1978, p.191). As discussões sobre o "problema da favela" se intensificam e se estendem por décadas a partir dos anos de 1930; por muito tempo tratando a favela como um problema a ser resolvido, e quando dizemos resolvido é ao fim e ao cabo. Desde então, avanços e retrocessos são percebidos, e somente nos meados da década de 1990 surgem "intenções mais sociais" para que haja conciliação entre o desejo dos operadores políticos do Estado e os moradores das favelas, permeando princípios mais democráticos de

[2] Marielle Franco apresenta essa dissertação ao programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal Fluminense - UFF, em 2014, com o objetivo de analisar o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP além do papel do Estado e dos territórios no processo de "pacificação" das favelas territorializadas pelo projeto UPP, mas se debruçando, especialmente, sobre o caso da Maré, um contrassenso às demais favelas, pois estava no cronograma de "pacificação", porém não ocorreu.

convivência e coexistência.

Não é objetivo primaz de este projeto estudar a gênese das favelas e comunidades urbanas[3], embora não a desprezaremos, pois é importante conhecê-la. Observar as dinâmicas sociais (que tomarei aqui por sociabilidade) e os impactos implícitos e explícitos das relações territoriais estatais (formais) e locais (informais) estabelecidas nesta periferia podem ajudar na pesquisa. Uma vez que, as relações na favela, como Vinicius Bandera (2013, p.2) menciona, criam uma

> cultura de favela, devido ao fato de os moradores de favelas constituírem uma população mais homogênea do que a população do asfalto e também por eles conviverem em relações mais próximas de amizade e vizinhança, o que reforça vínculos de solidariedade, de pertencimento, de identidade, os quais se reforçaram mais ainda por conta do desprezo vindo do asfalto e da incúria e repressão vindas do Estado. Essa solidariedade e identidade foram um fator decisivo a levar os moradores a criarem associações de moradores como forma de defesa política de seu território e de sua cultura. Defesa, sobretudo contra a política de remoções que marcou grande período, entre as décadas de 1920 a 1970.

É fato que as relações construídas como estão versadas por Bandera não são exclusivas dessa periferia. São únicas porque foram estabelecidas nesse lugar, mas os vínculos de solidariedade, por exemplo, são construídos por sujeitos de outras periferias, em seus lugares, com os atravessamentos territoriais que os permeiam. Incluindo nesse nicho os sentimentos de orgulho e pertencimento, inclusive quando termos como "favela", "periferia", "complexo" são utilizados pela "cidade" em referência pejorativa ao seu lugar, ao seu território.

O termo periferia é trazido dos debates econômicos quando estes

> versavam sobre a relação dos países da periferia do capitalismo com as economias centrais. Naquele momento, uma série de estudos analisou os desdobramentos dessa ordem econômica sobre as cidades latino-americanas que passavam por um processo de explosão demográfica. No caso de São Paulo, intelectuais passaram a denominar periferia um território geográfico cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro. (D'ANDREA, 2020, p. 20)

[3] "Importa registrar que, desde o início, o IBGE optou por não utilizar o termo 'Aglomerado Subnormal' nos convites e materiais de divulgação do encontro, a fim de evidenciar a disposição do IBGE em promover essa alteração e para que o conceito pudesse sair, pouco a pouco, do vocabulário dos técnicos e de usuários diversos. Para substituí-lo, inicialmente em caráter provisório, foi escolhida a expressão 'favelas e comunidades urbanas'. Ao final de todo o processo de diálogo, embora tenha passado por idas e vindas, este termo deixou de ser provisório e foi escolhido, definitivamente, como a nova nomenclatura em substituição aos Aglomerados Subnormais", como versa o IBGE (2024) em nota metodológica "Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas", à página 45 em nota de rodapé.

Segundo Tiarajú D'Andrea (2020), até a década de 1980, as lideranças locais e os moradores não usavam o termo periferia para se referirem a si mesmos ou ao território, esse termo era utilizado, até então, por pesquisadores, pela academia, por jornalistas, entidades da sociedade civil, pelo governo . Os moradores e as lideranças se utilizavam dos termos que já haviam se apropriado como *"*classe trabalhadora", "povo", "trabalhador", "favela". Apesar de saberem da existência do termo e que este era utilizado (de fora pra dentro) para se referirem a eles, eles não usavam por não sentirem, naquele termo, a importância social, histórica e cultural que os anteriores traziam. A partir da década de 1990, esse cenário sofreu alteração "quando fundamentalmente o movimento hip-hop passou a publicizar o termo. Naquele momento, a periferia reivindicou a palavra periferia, começando um processo histórico de modificação de seus significados" (D'Andrea, 2020, p.21).

A escolha do tema **DEMOCRACIA NA PERIFERIA? ANÁLISE SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E APLICAÇÃO DOS PLANOS EDUCACIONAIS EM CIEPS DA MARÉ**, parte de uma análise sobre as experiências republicanas da democracia vividas pela sociedade brasileira e seus reflexos nas sociabilidades do Complexo (bairro) da Maré e as interlocuções com os atores que compõem a comunidade escolar, considerando o cumprimento (ou não) das metas sobre gestão democrática contidas no PNE/2014 (lei federal nº 13.005 de 24 de junho de 2014) e nos PME-RJ/2008 (lei municipal nº 4.866 de 02 de julho de 2008) e PME-RJ/2018 (lei municipal nº 6.362 de 28 de maio de 2018) e suas reverberações no chão de CIEPs periféricos. O PME-RJ/2008 vem à ágora, pois estava vigente dentro do período proposto para esta análise; a capital carioca foi a última a sancionar seu PME. Em princípio, decidimos por escolher o CIEP Hélio Smidt e o CIEP Ministro Gustavo Capanema.

É importante demarcarmos um período e, diante disso, tomamos o recorte temporal de 2014-2024, tempo que vigorou o PNE e o PME/2008, e ainda vigora o PME RJ/2018. Neste período ocorreram muitas efervescências sociais e que impactaram diretamente as relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira como a promulgação do Plano Nacional de Educação (lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014); impeachment impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016; a ascensão à presidência de Michel Temer (2016-2018) onde sistematicamente desmontou, em termos orçamentários, os investimentos dotados para a educação no Brasil; a eleição de um presidente (2019-2022) ideologicamente descomprometido com as questões sociais para ocupar a presidência da República, desferindo ataques sistemáticos à democracia e aprofundando os desmontes contra a educação; e a pandemia da COVID-19 que trouxe a tona muitas fragilidades da educação

além de aprofundá-las.

O tema deste projeto se insere na linha de pesquisa Políticas Educacionais, Escolas e seus Sujeitos (Políticas Públicas em Educação: Pensamento Social e Educacional no Brasil – A História do Tempo Presente e a Baixada Fluminense), deste PPGECC, e do grupo de pesquisas (PENSE) coordenado pelo Prof. Dr. Lincoln de Araújo Santos, devido ao campo de investigação estar pautado em discussões a respeito dos sistemas educacionais (gestão escolar democrática); da democracia (e suas complexidades) quando abre diálogo sobre a república brasileira e sua formação e da periferia, ao analisar (de forma crítico-histórica) as políticas públicas voltadas para a educação no Brasil.

OBJETIVOS

- **Geral**: Analisar a experiências republicanas da democracia brasileira e seus reflexos nas sociabilidades do Complexo (bairro) da Maré e suas interlocuções com os atores que compõem a comunidade escolar, considerando o cumprimento (ou não) das metas sobre a gestão democrática da escola contidas no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e no Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro I de 2008 e II de 2018 e seus impactos no chão dos CIEPs Hélio Smidt e Ministro Gustavo Capanema.

- **Específicos**: Discutir a trajetória do PNE e dos PME do Rio de Janeiro e suas repercussões nos CIEPs Hélio Smidt e Ministro Gustavo Capanema e de suas comunidades, ao que se refere aos instrumentos implantados, ou não, pelas metas definidas sobre a gestão democrática da escola, considerando as reverberações do impeachment de 2016, a ascensão de presidentes não comprometidos com a ducação entre 2016-2022; Investigar as percepções que esses atores têm sobre o conceito de democracia e como a aplicação desse entendimento pode afetar as relações que são estabelecidas na escola.

DESCRIÇÃO DO ESTUDO

- **Questão(ões) da pesquisa**: Como o impeachment de 2016 e a ascensão de presidentes descomprometidos com a educação prejudicou o cumprimento das metas para a gestão democrática da escola do PNE/2014 e PME-RJ/2008 e PME-RJ/2018? Quais os impactos ocasionados entre a experiência republicana da democracia brasileira no período de 2014-

2024, as sociabilidades na Maré e a gestão democrática da escola e que foram percebidos no chão dos CIEPs da Maré? De quais maneiras a apropriação do entendimento sobre o conceito de democracia afeta as relações dentro da escola?

- **Aporte teórico-metodológicos**: Além dos intelectuais citados neste projeto de pesquisa para o mestrado do PPGECC da FEBF/UERJ, tomaremos outros a fim de organizar o conjunto teórico-metodológico da pesquisa ora apresentada e que darão subsídios para o desenvolvimento dos conceitos que surgem no período delimitado por ela ou conceitos anteriores, mas que se amalgamam para que possamos contextualizar e entender as repercussões no esteio social, como buscarmos as raízes da formação da sociedade brasileira em Florestan Fernandes para entendermos as experiências republicanas da democracia brasileira e as reflexões sobre a organização do Estado brasileiro em Lincoln de Araújo.

No tocante ao entendimento do que seja democracia para a sociedade brasileira, ou pelo menos como ela é percebida por esta, trazemos Pierre Rosanvallon que nos dá um referencial ao dizer que a democracia, na maior parte das vezes, foi entendida como um regime político e não como um modelo de governo que, em Carlos Nelson Coutinho surge como um valor universal e, para Maria Benevides como um modo de vida ou regime de saber e virtude em Anísio Teixeira.

No que tange a gestão democrática da escola e seu viés social, podemos trazer ao diálogo Vitor Paro quando demonstra a administração escolar como uma forma racional de utilização dos recursos, sejam financeiros, sociais, humanos, instrumentais para a realização de tarefas previamente determinadas, mostrando que tal administração pertence à casta humana, pois somente humanos podem definir objetivos e persegui-los até seu cumprimento ou, ainda, quando demonstra a democracia e respeito como conceitos que atravessam a escola em todas as suas ações e relações, sendo assim, democracia e gestão democrática da escola podem manter relação associativa, quando - também - Luiz Antônio Cunha mostra uma possível relação entre o que é vivido pela sociedade fora da escola e seus reflexos dentro da escola.

Para a contextualização histórica, social e cultural das origens das favelas e comunidades urbanas no Rio de Janeiro (incluindo, a Maré, nossa delimitação espacial) trazemos as contribuições dos trabalhos desenvolvidos por Mário Brum, Carla Mangueira da Silva, Giovanna Ferrari e José Blanes Sala além do conceito de *ciudades inhóspitas* desenvolvido por Luz María Chapela. Ainda sobre contextualização, agora sobre os eventos

sociais ocorridos no período delimitado pela pesquisa, trazemos Nora Krawczyk e José Claudinei Lombardi e suas contribuições sobre (as consequências de) o impedimento presidencial de 2016, Gabriela Oliveira Delgado, Giovane do Nascimento e Renata Maldonado sobre a ascensão de Michel Temer e as medidas descompromissadas com a educação e Roberto Leher e suas contribuições para o período presidencial de Jair Bolsonaro e as devastações no campo educacional do país. Em contribuição à discussão proposta por esta pesquisa, trazemos Tiarajú D'Andrea, Angélica Borges e Amália Dias para desenvolvermos o conceito de periferia além de elucidarmos as origens histórica, social e cultural do termo.

Utilizaremos a legislação do país para analisarmos o texto das metas para a gestão democrática da escola contidas no PNE/2014, PME-RJ/2008, PME-RJ/2018 além do disposto na Constituição Federal de 1988 e outros instrumentos normativos legais que possam contribuir com a discussão aqui proposta.

- **Procedimentos metodológicos**: A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva descritiva-qualitativa dos fatos suscitados pautada em análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas intuindo o alcance dos objetivos propostos.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BANDERA, Vinicius. **Favelas da Cidade do Rio de Janeiro: uma síntese histórica e psicossocial**. Em Tese, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez., 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n2p1. Acesso em 15 jul. 2024.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia não é apenas um regime político e uma forma de governo: é um modo de vida**. Jornal da USP, São Paulo: 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=668503. Acesso em: 15 ago.2024.

BORGES, A.; DIAS, A. **Fazer história da educação fazendo-se periferias: reflexões, experiências e possibilidades de ensino, pesquisa e extensão**. In.: ECAR, A.; BARROS, S. (orgs). História da educação: formação docente e a relação teoria-prática. São Paulo: FEUSP, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –

PNE e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF: 25 de junho de 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CHAPELA, Luz. **Ciudades inhóspitas**. In: LUGO, Norma Del Río (Org.). **Niñez y Juventud: Dislocaciones y Mudanzas**. 1a ed. México: Casa abierta al tiempo, 2007, v.1, p. 17-30.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo/Niterói/Brasília: Cortez/EDUFF/Flacso-Brasil, 1a ed. 1991; 6a ed. 2009.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, ed. 116, v.39, n.01, pp. 19-36, jan-abr 2020. Disponível em https://novosestudos.com.br/produto/116/. Acesso em 03 ago. 2024.

DINIZ, Eli. **Empresariado, regime autoritário e modernização captalista: 1964-85**. In.: 21 anos de regime militar: balnaços e perspectivas. Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo (organizadores); Almir Pazzianotto [et. al.]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1994. VI. 320p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRANCO, Marielle; FERAZ, Joana D'Arc Fernandes (orientadora). **A Redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. 136p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Administração, ciências contábeis e turismo, Universidade Federal Fluminense.

DELGADO, Gabriela Oliveira; NASCIMENTO, Giovane do; MALDONADO, Renata. **O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional**. Marx e o Marxismo v.8, n.15, jul/dez 2020. Disponível em: https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/360/308. Acesso em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas**. Rio de Janeiro: 2024 79p. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062. Acesso em 15 jun. 2024.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar

Editores, 1978.

LEHER, Roberto. **Educação no Governo Bolsonaro: Inventário da Devastação**. Roberto Leher (Org.), São Paulo: Expressão Popular, 2023, 272 p.

MALHEIRO, Deborah Urbach; Telles, Maria Sarah da Silva (orientadora). **As UPPs e os direitos: uma análise sobre os impactos das políticas públicas em favela carioca**. Rio de Janeiro, 2013. 137p. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** *In*: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Revista Desafios do Desenvolvimento, 2012. Ano 9. Edição 72 – jun./2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em 09 jun. 2024.

RIBEIRO, Bi; BARONE, João; VIANNA, Herbert. **Alagados**, álbum: Selvagem?. Cidade do Rio de Janeiro, gravadora EMI Records, 1986.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.866 de 02 de julho de 2008. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências**. Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: 02 de julho de 2008. Disponível em https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2008/487/4866/lei-ordinaria-n-4866-2008-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-e-da-outras-providencias. Acesso em 24 jul. 2024.

_____. Lei nº 6.362 de 28 de maio de 2018. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências**. Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: 28 de maio de 2018. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9431346/4254638/PlanoMunicipaldeEducacaoPME.pdf Acesso em 24 jul. 2024.

_____. Lei nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994. **Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências**. Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: 19 de janeiro de 1994. Disponível em https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/4fa221027114b42d032576ac0073364b?OpenDocument&ExpandView. Acesso em 22 jul. 2024.

_____. Decreto nº 6.000 de 01 de julho de 1937. **Institui o código de obras do Distrito Federal**. Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Viação e Obras – Rio de Janeiro, Brasil: 01 de julho de 1937. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/codigo-de-obras-de-1937. Acesso em 20 jul. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Ed Cortez. 1986.

ROSANVALLON, Pierre. **A democracia do século XXI**. Revista Perspectiva, São Paulo, Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, no 12, 2017.

SANTOS, Lincoln de Araújo. **O federalismo Inacabado: Uma Reflexão sobre a Organização do Estado Brasileiro**. Cinco Olhares Sobre a Sociedade Brasileira: Reflexões Sobre História, Cultura e Política, Rio de Janeiro, p. 18-37, 2004.

SANTOS, Lincoln de Araújo; AGUIAR, Alexsandra . **Democracia, Educação e um Projeto para o Brasil: A Utopia Republicana de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira**. In: CARNEIRO, Waldeck. (Org.). Tributo ao Centenário de Darcy Ribeiro. 2ed. Niterói: Nitpress, 2022, v. 2, p. 09-197.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e cultura na Constituição do Estado da Bahia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.65, n.151, set./dez. 1984. p. 685-696. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/educacao5.html. Acesso em 15 ago. 2024.